

Acórdão nº 9.630/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 22.232.2016-40-TCE (Processo nº 19.020.2014-20 C/ 02 Volumes e 04 Anexos - Apenso)

ASSUNTO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº 9.446/2016/Plenário-TCE/AC, exarada nos autos do Processo nº 19.020.2014-20 (Prestação de Contas da Secretaria de Estado Turismo e Lazer – SETUL, exercício de 2013)

RECORRENTE: Senhora Ilmara Rodrigues Lima

ADVOGADO: Senhor Paulo Luiz Pedrazza – OAB/AC nº 1917

RELATORA: Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo

Recurso de Reconsideração. Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Turismo e Lazer. Procedência parcial. Reforma do Acórdão. Excluir a condenação à devolução de valores e a multa. Realização de Tomada de Contas Especial. Notificação da Gestora.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto da Conselheira-Relatora**: **1) julgar parcialmente procedente** o Recurso de Reconsideração, **reformando-se o Acórdão n. 9.446/2016** para: **a) excluir a condenação constante no item 3**, que consiste na devolução dos montantes de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) pela Sra. Ilmara Rodrigues Lima e R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), pelos Srs. Ilmara Rodrigues Lima e Leonildo Rosas Rodrigues, solidariamente; **b) excluir a condenação constante no item 4**, que consiste na multa prevista no artigo 88, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; **2) remeter notificação à atual Gestora** da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer para conhecimento do teor da presente decisão, bem como para a **realização de Tomada de Contas Especial**, objetivando apurar a regularidade ou não da aplicação de recursos públicos nos Convênios nºs 001 e 002, ambos de 2013, inclusive proceder à cobrança de eventual valor injustificadamente dispendido, de tudo dando ciência a esta Corte de Contas, no **prazo de 120 (cento e vinte) dias**; e **3) remeter o Acórdão à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária**, para acompanhamento. Após as formalidades de estilo, pela remessa do autos ao arquivo. **Divergiu**, em parte, o Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, acompanhado pela Conselheira Substituta Maria de Jesus Carvalho de Souza, que votou pela exclusão apenas da condenação à devolução do valor de **R\$ 103.000,00** (cento e três mil reais), por realização de despesas fora do objeto do Convênio nº 002/2013, mas pela manutenção dos demais termos do Acórdão recorrido.

(Acórdão nº 9.630/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)

Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Antonio Cristovão Correia de Messias e Ronald Polanco Ribeiro.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 28 de julho de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC